UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS FINANCEIROS

Adriano Travaglia

A PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO ALTERNATIVA DE ACUMULAÇÃO DE RECURSOS, BUSCANDO A SEGURANÇA E A TRANQUILIDADE NO FUTURO

Porto Alegre
2012

Adriano Travaglia

A PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO ALTERNATIVA DE ACUMULAÇÃO DE RECURSOS, BUSCANDO A SEGURANÇA E A TRANQUILIDADE NO FUTURO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Orientador: Prof. Luis André Martinewski

Tutor Orientador: Ricardo Grings

Porto Alegre
2012

Adriano Travaglia

A PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO ALTERNATIVA DE ACUMULAÇÃO DE RECURSOS, BUSCANDO A SEGURANÇA E A TRANQUILIDADE NO FUTURO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão de Negócios Financeiros.

Aprovado em _____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof.:

_____

Prof.:

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa Fabiana e meu filho Pedro. Obrigado por tudo! Amo Vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

À minha esposa Fabiana e meu filho Pedro pelo amor, dedicação, apoio e compreensão em todos os momentos desta empreitada.

Ao orientador Prof. André Luis Martinewski.

Ao Tutor Orientador Ricardo Grings pelo incondicional apoio, paciência, compreensão, incentivo e conhecimentos transmitidos, pois sem a sua ajuda jamais teria concluído este trabalho.

Aos meus pais pela minha criação, educação e caráter que me possibilitaram ter.

À minha irmã Salete pela colaboração nos tempos de faculdade.

Ao Banco do Brasil por dar-me a oportunidade de realizar este MBA na modalidade à distância.

Aos meus colegas da Turma de Curitiba/Umuarama/Itabuna e também aos colegas de trabalho que contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O aumento da expectativa de vida da população brasileira amplia a preocupação com a qualidade de vida das pessoas após a fase laboral. Assim sendo, este trabalho teve como objetivo avaliar a previdência privada como uma das ferramentas/mecanismo de formação de reserva financeira para aposentadoria, avaliando-a em diferentes contextos de organização familiar. A pesquisa realizada foi caracterizada como estudo de caso, com abordagem qualitativa. Como instrumento de coleta de dados, optou-se por uma entrevista em profundidade e aplicação de uma planilha de receitas e despesas, com a participação de três clientes da agência do Banco X de uma cidade da região noroeste do Paraná. A seleção dos entrevistados pautou-se em uma amostra não probabilística. Concluiu-se que embora, a previdência privada não se constitua como a única alternativa de acumulação de recursos para utilização na fase da vida pós-laboral, na visão dos entrevistados, trata-se de um mecanismo adequado para a manutenção do poder aquisitivo do aposentado. Contudo, as simulações apesar de compreendidas e aceitas como fonte de investimento segura pelos respondentes, não se constituem como primeira opção de poupança e/ou preparação para a manutenção do poder aquisitivo após a fase laboral.

Palavras-chave: Previdência Social, Previdência Complementar, clientes, reserva financeira.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Censo Demográfico - 2010 17

Tabela 2 – Arrecadação, Despesa e Resultado Previdenciário 19

Tabela 3 - Caracterização da População 31

Tabela 4 - Descrição de bens do entrevistado A 33

Tabela 5 – Despesas Mensais do entrevistado A 33

Tabela 6 – Simulação de plano de previdência do entrevistado A 34

Tabela 7 – Descrição de bens do entrevistado B 36

Tabela 8 – Receitas e despesas do entrevistado B 36

Tabela 9 – Simulação de plano de previdência do entrevistado B 37

Tabela 10 – Descrição de bens do entrevistado C 39

Tabela 11- Receitas e despesas do entrevistado C 39

Tabela 12 – Simulação de plano de previdência do entrevistado C 40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pirâmide Etária Brasileira 17

Figura 2 – Taxa de Participação dos Idosos na População do País 18

Figura 3 – Evolução da Arrecadação e Pagamentos..... 19

Figura 4 – Queda do Poder Aquisitivo de trabalhadores da Previdência Social 23

Figura 5 – Comparativo entre as opções de Tributação 26

Figura 6 – Meta de Recomposição do Poder Aquisitivo 27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEME – Central de Medicamentos

DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

FAPI – Fundo de Aposentadoria Programada Individual

FENAPREVI – Federação Nacional de Previdência Privada e Vida

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNRURAL – Contribuição Social Rural

IAPAS – Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC

IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IAPM – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

IR – Imposto de Renda

LBA – Legião Brasileira de Assistência

MONGERAL – Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado

MPAS – Ministério Previdência e Assistência Social

PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre

PGRP – Plano com Remuneração Garantida e Performance

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

RPSP – Regime Próprio dos Servidores Públicos

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

VGBL – Vida Gerador de Benefício Livre

VGRP – Vida Com Remuneração Garantida e Performance

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **11**

1 O REGIME PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO: PREVIDÊNCIA SOCIAL E COMPLEMENTAR **14**

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL 14

1.1.1 Previdência Social Brasileira e o Envelhecimento da População **16**

1.1.2 Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social **20**

1.1.3 Requisitos e Cálculo a obtenção do benefício **21**

1.2 REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR 23

1.2.1 Planos de Aposentadoria da Previdência Complementar **25**

1.2.2 Tributação e Estimativas de Remuneração **26**

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **28**

2.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA 28

2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS 28

2.3 A AMOSTRA DOS RESPONDENTES DO INSTRUMENTO DE PESQUISA 29

2.4 APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA 29

2.5 ANÁLISE DOS DADOS 30

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS **31**

3.1 AVALIAÇÃO DOS DIFERENTES MECANISMOS DE FORMAÇÃO DE RESERVA FINANCEIRA PARA APOSENTADORIA 31

3.1.1 Caracterização da População **31**

3.1.2 Avaliação do Caso "A" **32**

3.1.3 Avaliação do Caso B **35**

3.1.4 Avaliação do Caso C **38**

3.2 AVALIAÇÃO INTEGRADA DOS CASOS ANALISADOS 41

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS **43**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **45**

APÊNDICE I – ENTREVISTA **47**

APÊNDICE II – PLANILHA DE RECEITAS E DESPESAS **49**

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil vive um cenário positivo na economia que tem se refletido nos indicadores sociais. O brasileiro passou a ter acesso a inúmeras aquisições aos bens de consumo e possibilidades de ascensão no mercado de trabalho, com um consequente aumento em seus rendimentos.

No entanto, ao findar sua fase laboral, não é possível manter o mesmo nível de renda apenas amparado na Previdência Social. No Brasil, e em muitos outros países do mundo, o sistema previdenciário não tem sido capaz de gerar recursos suficientes para garantir níveis satisfatórios de renda para a população inativa.

Assim, vários fatores influenciam esta situação. Dentre eles, a diminuição na taxa de fecundidade e o fato de o brasileiro estar vivendo mais têm influenciado negativamente esta situação. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) revelam que a população brasileira totalizou 190,8 milhões de pessoas e os idosos já somam 20,6 milhões, com projeções desse número aumentar cada vez mais.

Isso tem contribuído para causar problemas de ordem orçamentária no sistema previdenciário brasileiro, haja vista a tendência de aumento do número de trabalhadores inativos (aposentados), em relação aos trabalhadores da ativa (NETTO, 2005). Com o aumento da expectativa de vida, cresce, também, a preocupação com a qualidade de vida após a fase laboral do indivíduo, ou seja, na aposentadoria. Isso leva a pensar na necessidade de investimentos em um bom planejamento financeiro, a fim de evitar a queda no padrão de vida em consequência da redução do nível de renda após a aposentadoria.

Assim sendo, o envelhecimento da população e desequilíbrio entre arrecadação e despesas torna a previdência social uma de investimento preocupante. O aumento desproporcional entre o número de contribuintes e aposentados contribui para um *déficit* nos cofres públicos que pode chegar aos 47 bilhões de reais até o final de 2012.

Existem várias maneiras de se acumular reservas financeiras ao longo da vida, como as aplicações em caderneta de poupança, fundos de investimento, ações, imóveis, entre outros. Porém, um produto que vem ganhando destaque junto aos brasileiros, devido a uma maior exposição na mídia e também ao enfoque das empresas que a comercializam, é a previdência privada.

Assim, este trabalho tem por finalidade explanar sobre os diferentes produtos disponíveis no mercado financeiro com o objetivo de acumular recursos, analisando o uso da previdência privada para atingir este objetivo. Com base neste contexto, este estudo busca

responder a seguinte indagação: Como as ferramentas de previdência privada podem ser utilizadas pelas pessoas de forma a manter um determinado padrão de vida, após a sua aposentadoria e período de menor relação com o mercado de trabalho? Acredita-se que essa investigação poderá contribuir para a identificação das reais necessidades dos clientes, levando a uma maior compreensão sobre a importância da aquisição dos planos de previdência privada como fonte de renda, sobretudo, na fase pós-laboral.

Assim sendo, a problemática tem por foco analisar os mecanismos disponíveis para a acumulação de recursos pelas famílias, avaliando o uso da previdência privada, a fim de manterem seus rendimentos e/ou melhorá-los na chegada da aposentadoria. É necessário que as empresas conheçam os atributos que os clientes consideram importantes no momento de decidir por um plano de previdência privada, no sentido de poder agregar características e benefícios que serão percebidos e valorizados pelos clientes ao optar por uma reserva de financeira para o período pós-laboral.

Com tal propósito, o objetivo geral deste trabalho é avaliar o uso da previdência privada como uma das ferramentas/mecanismos de formação de reserva financeira para aposentadoria, avaliando-a em diferentes contextos de organização familiar de clientes do Banco X da região noroeste do Paraná. Mais especificamente, buscou-se pesquisar alternativas de formação de reservas financeiras para o período pós-laboral mais utilizadas no planejamento financeiro em longo prazo e o seu modo de funcionamento; analisar a situação e as necessidades de diferentes grupos familiares em relação às suas expectativas para aposentadoria e mapeamento dos principais aspectos relacionados; simular diferentes perspectivas e possibilidades de formação de reserva em cada situação, de acordo com as necessidades; comparar os casos e situações e avaliar o uso da previdência privada em cada uma das situações; avaliar a previdência privada como instrumento de preparação para a aposentadoria das famílias.

Para tanto, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: Primeiramente, aborda a contextualização do problema, a justificativa e os objetivos da pesquisa. Na sequencia, aborda a fundamentação teórica da pesquisa. Neste capítulo, primeiramente, são abordados questões sobre o regime previdenciário brasileiro, com destaque nos aspectos da previdência social brasileira, envelhecimento da população, tecendo considerações sobre os beneficiários do regime geral de previdência social, bem como dos requisitos de cálculo para obtenção do benefício. Na sequencia da fundamentação teórica, estuda aspectos relevantes do Regime de Previdência Complementar, com ênfase nos planos de aposentadoria da previdência privada complementar, na tributação e nas estimativas de remuneração.

Posteriormente, são apresentados os procedimentos metodológicos, com a caracterização da pesquisa, o instrumento de coleta de dados, a amostra, a aplicação dos instrumentos de pesquisa e a análise dos dados. Por fim, são apresentadas as considerações finais, onde são trazidas, também, as limitações de estudo e sugestões para futuras pesquisas.

1 O REGIME PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO: PREVIDÊNCIA SOCIAL E COMPLEMENTAR

Neste capítulo será abordada a temática da Previdência Social, compreendendo a sua origem e evolução, com destaque na regulamentação, situação socioeconômica atual, até os cálculos para visualização do beneficio na adesão à aposentadoria. Na sequência, o capítulo trata da importância da Previdência Complementar, com enfoque nos planos de aposentadoria da previdência privada complementar, tributação e estimativas de remuneração.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL

O primeiro registro do tema Previdência Social no Brasil foi no ano de 1821, através do decreto do Príncipe Regente Pedro de Alcântara. Contudo, a concepção de previdência como esta se encontra estruturada atualmente advém de 1923 com a Lei Eloy Chaves. A partir deste momento, o Brasil passou a contar com uma instituição que oferecia pensão, aposentadoria, assistência médica e auxílio farmacêutico (BRASIL, 2008).

Segundo dados de Brasil (2008), os anos 30 foram marcados pela proliferação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões: IAPM, IAPC, IAPB, IAPI e IPASE. No entanto, estes institutos além de beneficiar somente os trabalhadores urbanos, também contribuíram para a desigualdade, pois possuíam normas de atuação diferentes ente si. Em 1966 surgiu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), fruto da unificação da legislação promovida pela Lei nº 3807, de 26 de agosto de 1960. A Lei nº 6439, de 1º de setembro de 1977 foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SNPAS), objetivando a integração de diversas funções. Para possibilitar seu êxito foram criados vários institutos, como: INAMPS, órgão responsável pela assistência médica da previdência, INPS, IAPAS, CEME, DATAPREV, FUNABEM e LBA. Somente em 1971 os trabalhadores rurais tiveram direito aos benefícios da Previdência, com a criação do FUNRURAL, através da Lei nº 11 de 25 de maio de 1971, mesmo assim ainda de maneira parcial.

Nos anos 90 o MPAS sofreu mudanças em sua estrutura, sendo criado o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), em substituição ao INPS e IAPAS, instituindo o modelo de seguridade social. Nesta mesma época, o INAMPS foi extinto e suas funções foram transferidas pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Atualmente, o sistema previdenciário nacional é formado por três regimes, dois de caráter compulsórios e um de caráter facultativo. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) de caráter compulsório é o órgão principal, abrangendo, além dos empregados das empresas privadas, os trabalhadores rurais, domésticos, autônomos, empresários, entre outros, com sua gerência a cargo do INSS. O Regime Próprio dos Servidores Públicos (RPSP) tem caráter compulsório, reunindo os servidores públicos e militares da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, abarcando, inclusive, as suas autarquias e fundações. O RPSP sofreu alterações com a EC nº 43/2001. O terceiro regime é o Regime de Previdência Complementar, que possui caráter facultativo, organizado de forma autônoma em relação ao RGPS (BRASIL, 2008).

De acordo com Brasil (2008), a Seguridade Social é financiada pela sociedade que contribui de forma direta e indireta, nos termos do Art.. 195 da Constituição Federal brasileira de 1988, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e de Contribuintes Sociais. Isso ocorreu com o advento da Emenda Constitucional n.20, de 15 de Dezembro de 1998.

As ações estatais modernas não se limitam ao campo previdenciário, mas, ao contrário, também tendem a proporcionar ações em outros seguimentos, como a saúde e o atendimento a pessoas carentes. A seguridade social constitui-se no grau máximo de proteção social. O Brasil tem seguido esta mesma lógica. A Constituição Federal brasileira de 1988 construiu um Estado de bem-estar social no território brasileiro. Por isso, a proteção social brasileira é, prioritariamente, obrigação do Estado.

Ibrahim (2007, p. 03) entende "[...] por seguridade social o conjunto de ações do Estado, no sentindo de atender às necessidades básicas de seu povo nas áreas de Previdência Social, Assistência Social e Saúde". Para o autor, o objetivo do constituinte originário foi criar um sistema protetivo, até então nulo no país. O Estado, pelo novo conceito, seria responsável pela criação de uma teia de proteção, capaz de atender os anseios e necessidades de todos na área social.

A seguridade social entendida como um conjunto de ações nas áreas de saúde, e Previdência e Assistência Social foi tratada pela primeira vez, na Constituição Federal de 1988, constituindo-se na marca evidente do Estado de bem-estar social, criado pelo constituinte de 1988.

O Art. 194 da Constituição Federal brasileira de 1988 que trata da seguridade social define-a como "um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos à saúdem à previdência e à assistência social".

Assim compreendida, a seguridade social pode ser conceituada como uma rede protetiva, formada pelo Estado e por particulares, com contribuições de todos, incluindo parte dos beneficiários dos direitos, no sentido de estabelecer ações positivas no sustento de pessoas carentes, trabalhadores em geral e seus dependentes, providenciando, assim, a manutenção de um padrão mínimo de vida.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT define a seguridade social pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, na convenção 102, de 1952, *verbis*:

> [...] a proteção que a sociedade oferece aos seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que, de outra forma, derivam do desaparecimento ou em forte redução de sua subsistência, como conseqüência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice e também a proteção em forma de assistência médica e ajuda às famílias com filhos (apud, IBRAHIM, 2007, p. 06).

No que concerne a previdência social, tal compreende duas ordens de regimes, nas palavras de Rocha e Baltazar (2009, p. 29) que consiste "[...] nos regimes públicos obrigatórios e os privados de caráter complementar e facultativo. Os autores complementam que nos regimes públicos situam-se o regime geral e os regimes próprios de previdência constituídos pela União, pelos estados e pelos Municípios para os seus servidores ocupantes de cargos efetivos (D. 3.048/99, Art. 6º)".

Tem-se que o regime geral é regulado pela Lei 8.213, sendo responsável pela sua concretização o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, vinculado ao Ministério da Previdência Social e instituído pelo Decreto 99.350/90, segundo autorização da conferida pela Lei n° 8.029, de 12/04/1990.

Uma vez discutida a trajetória da Previdência até os dias atuais, aborda-se a seguir a situação econômica financeira da Previdência Social Brasileira.

1.1.1 Previdência Social Brasileira e o Envelhecimento da População

No Brasil há um aumento populacional de pessoas idosas. Isso acontece em razão do decréscimo nas taxas de natalidade e mortalidade e aumento da expectativa de vida desta faixa etária (RODRIGUES et al, 1996).

Estudos sobre projeções demográficos demonstram que a população idosa brasileira vem aumentando. "No Brasil, com a redução da taxa de mortalidade infantil, a população total

crescerá cinco vezes, até o ano de 2025, enquanto a população com idade igual ou superior a 60 anos aumentará 15 vezes" (NETTO, 2005, p. 27-28).

De acordo com os dados do último Censo Demográfico (CENSO 2010), a população brasileira totalizou aproximadamente 190,8 milhões de pessoas em 2010, conforme ilustrado Tabela 1:

Tabela 1 – Censo Demográfico - 2010

SITUAÇÃO CENSITÁRIA	QUANTIDADE	PROPORÇÃO (%)
Urbano	160.925.792	84,4%
Rural	29.830.007	15,6%
TOTAL	190.755.799	100%
SEXO	QUANTIDADE	PROPORÇÃO (%)
Homens	93.406.990	49%
Mulheres	97.348.809	51%
TOTAL	190.755.799	100%

Fonte: SIDRA/IBGE; CENSO 2010/IBGE. Elaboração: SPS/MPS

O Censo 2010, apresentado pelo IBGE, demonstra informações relevantes acerca da diminuição da taxa de fecundidade. A concentração da população é maior entre as crianças e jovens de até 24 anos, apresentando um crescimento considerável na proporção de idosos. O fato principal evidenciado é o aumento da expectativa de vida dos idosos, que pode estar relacionado às melhorias socioeconômicas e culturais do país. A Figura 1 contribui para ilustrar a situação mencionada.

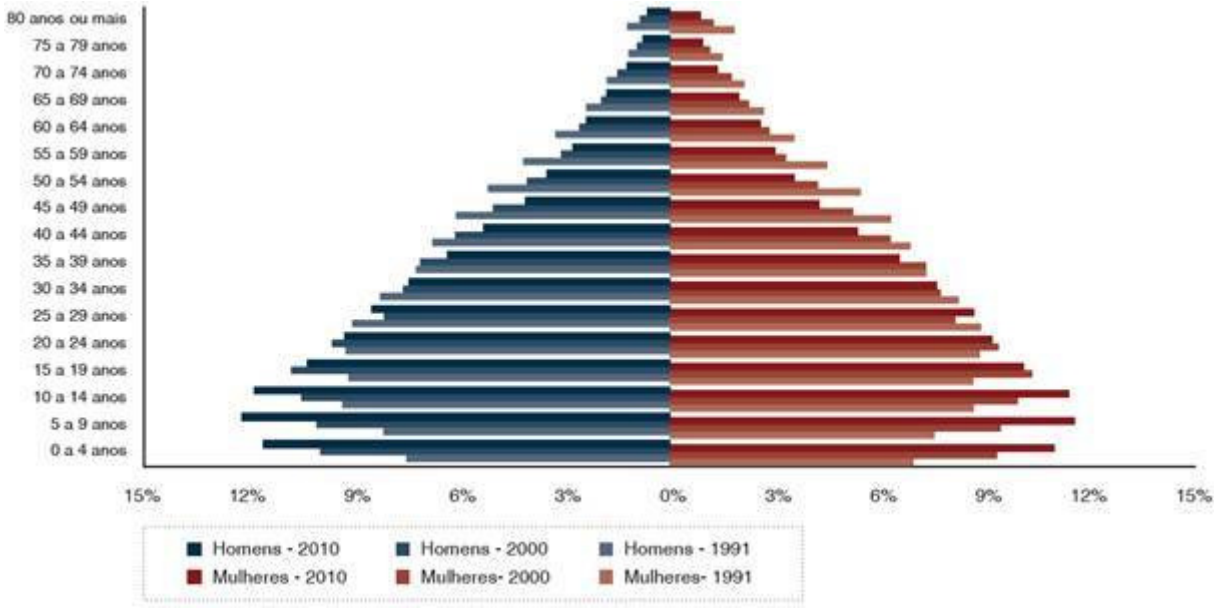

Figura 1 – Pirâmide Etária Brasileira
Fonte: Censo Demográfico (vários anos) – SIDRA/IBGE.

De acordo com o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2004), em vigor são consideradas idosas as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. No Brasil há cerca de 20,6 milhões de indivíduos nesta faixa etária, conforme dados ilustrados na Figura 2.

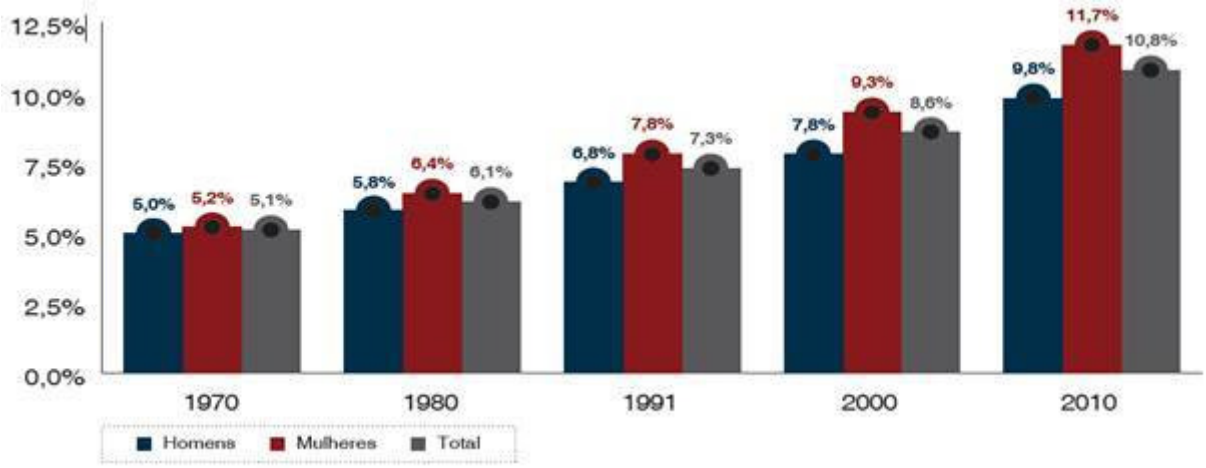

Figura 2 – Taxa de Participação dos Idosos na População do País
Fonte: Censo Demográfico/IBGE – 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010. Elaboração: SPS/MPS.

Observa-se nos dados da Figura 2 que com a expansão contínua na pirâmide etária na faixa dos idosos, denota-se um alargamento na expectativa de vida na terceira idade, e uma diminuição da taxa de fecundidade há a preocupação de prover adequadamente a população com seus direitos. Contudo, os cofres públicos podem ter dificuldade em continuar mantendo e/ou ofertando o benefício da previdência social nestas condições.

Com relação à arrecadação líquida da previdência social observa-se um crescimento de R$ 18,5 bilhões em abril de 2011, superior ao mês anterior. No mês de março foram arrecadados 18,1 bilhões; e a arrecadação no mês de abril, no ano anterior, foi de R$ 17,3 milhões, conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Arrecadação, Despesa e Resultado Previdenciário

ITEM	ABR-10 (A)	MAR-11 (B)	ABR-11 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)	ACUMULADO (JAN A ABR) 2010	ACUMULADO (JAN A ABR) 2011	VAR. %
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	17.358,3	18.150,0	18.546,2	2,2	6,8	66.047,7	72.166,6	9,3
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	16.935,5	17.763,7	18.063,9	1,7	6,7	64.486,5	70.572,5	9,4
1.2 Arrecadação Líquida Rural	422,7	386,2	482,2	24,9	14,1	1.561,0	1.593,5	2,1
1.3 Comprev	0,0	0,1	0,1	(28,5)	79,0	0,2	0,6	225,5
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	20.559,7	21.308,1	24.275,6	13,9	18,1	84.555,3	87.495,9	3,5
2.1 Benefícios Previdenciários	20.042,8	20.924,0	20.946,7	0,1	4,5	79.367,9	83.159,1	4,8
2.1.1 Urbano	15.576,9	16.305,1	16.352,2	0,3	5,0	61.662,2	64.848,0	5,2
2.1.2 Rural	4.465,8	4.619,0	4.594,5	(0,5)	2,9	17.705,7	18.311,1	3,4
2.2 Passivo Judicial	404,4	283,7	3.221,5	1.035,5	696,6	4.745,6	3.920,2	(17,4)
2.2.1 Urbano	314,3	221,1	2.514,9	1.037,5	700,2	3.648,6	3.059,4	(16,1)
2.2.2 Rural	90,1	62,6	706,6	1.028,3	664,2	1.097,0	860,7	(21,5)
2.3 Comprev	112,6	100,3	107,4	7,1	(4,5)	441,9	416,6	(5,7)
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(3.201,5)	(3.158,1)	(5.729,5)	81,4	79,0	(18.507,6)	(15.329,3)	(17,2)
3.1 Urbano (1.1 + 1.3 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	931,8	1.137,3	(910,6)	(180,1)	(197,7)	(1.266,0)	2.249,0	(277,7)
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(4.133,2)	(4.295,4)	(4.818,9)	12,2	16,6	(17.241,7)	(17.578,4)	2,0

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema informar). Elaboração: SPS/MPS.

Os dados da Tabela 2 acima mostram que no período de Janeiro a Abril de 2011, a arrecadação e o repasse dos benefícios para a área urbana foram suficientes, apresentando um *superávit* de 2,2 bilhões. Contudo, o meio rural produziu um *défict* constante juntamente com as ações judiciais. Verifica-se um equilíbrio entre a captação e repasse dos beneficios na atividade urbana. No que tange às ações judiciais e o regime de economia familiar no meio rural.

A Figura 3 mostra a evoilução da arrecadação e pagamentos do INSS, em comparação com o meio urbano e rural.

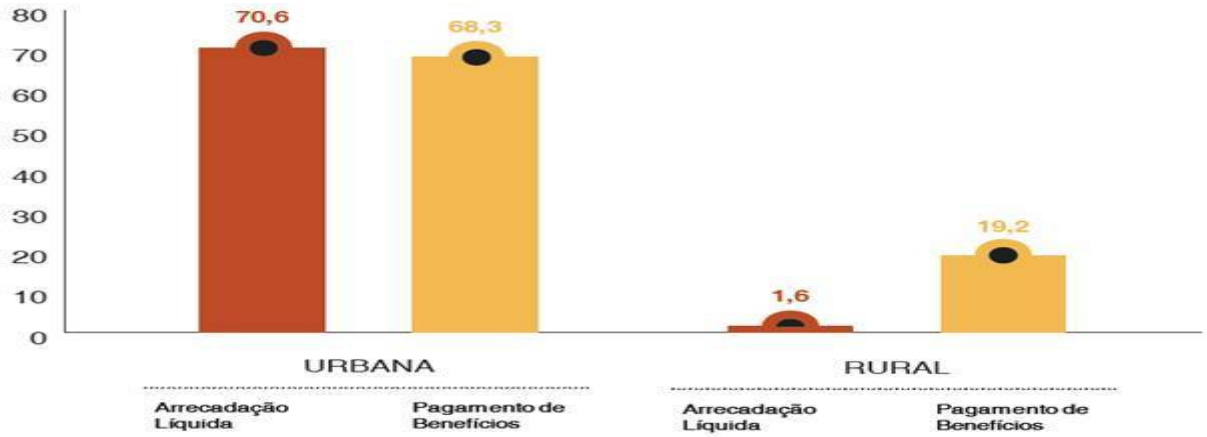

Figura 3 – Evolução da Arrecadação e Pagamentos

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema informar). Elaboração: SPS/MPS.

Constata-se através dos dados da Figura 3 que a diferença entre a arrecadação líquida e o pagamento de benefícios na zona urbana provoca um *déficit* de apenas 2,3%; enquanto na zona rural o *déficit* corresponde a 17,6%.

1.1.2 Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social

Os beneficiários do regime geral de previdência social são as pessoas naturais que fazem jus ao recebimento de prestações previdenciárias, no caso de serem atingidas por algum dos infortúnios previstos em lei. As prestações previdenciárias subdividem-se em *benefícios*, com conteúdo pecuniário, e os *serviços*, hoje restritos à habilitação ou reabilitação profissional e ao serviço social (IBRAHIN, 2007). Logo, tratam-se os benefícios como uma obrigação de dar do INSS, enquanto as prestações uma obrigação de fazer.

Desta forma, segundo Ibrahin (2007) há duas espécies de beneficiários do regime geral de previdência social: os obrigatórios, vinculados obrigatoriamente ao sistema previdenciário; e os facultativos, que apesar de não exercerem atividade remunerada, desejam integrar o sistema previdenciário.

Os segurados obrigatórios são aqueles filiados ao sistema de modo compulsório, a partir do momento em que exerçam atividade remunerada, sem a possibilidade de exclusão voluntária. São explicitados no Art. 12 da Lei n° 8.212/91, e divididos em cinco espécies: empregado, empregado doméstico, avulso, contribuinte individual e segurado especial, o último objeto do presente estudo (IBRAHIM, 2007).

O trabalhador rural, ora segurado especial, somente passou a ser considerado segurado de um regime de previdência, no ordenamento jurídico brasileiro, a partir da Lei nº 4.214/63, o denominado Estatuto do Trabalhador Rural. Tal diploma legal almejou instituir uma previdência social assemelhada à urbana, embora não houvesse ainda contribuição dos trabalhadores rurais.

O Art. 195, § 8° da Constituição Federal assim se manifesta a respeito dos segurados especiais:

> O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei (BRASIL, 1988).

Assim, por se tratar de um sistema assistencial que concedia apenas um benefício substitutivo para cada unidade familiar, restringia-se ao arrimo de família, sendo os outros membros tão somente seus dependentes. Somente com o advento da Carta Magna de 1988 os cônjuges do pequeno produtor rural passaram a ter direito ao benefício, por força do §8º, do Art. 195.

Do exposto, o segurado especial é o único segurado com definição no próprio texto constitucional, o qual determina o tratamento diferenciado a ser dado a estas pessoas.

1.1.3 Requisitos e Cálculo a obtenção do benefício

O fator Previdenciário tem como finalidade reduzir o valor recebido pelos aposentados, ou seja, quanto mais cedo o cidadão contribuinte do INSS se aposentar maior será a sua perda na remuneração mensal. Existem duas formas para um cidadão requerer o direito à sua aposentadoria pelo instituto: a aposentadoria por idade e tempo de contribuição.

Os requisitos para a concessão do benefício de aposentadoria por idade estão descritos no Art.48 da Lei nº 8.213/1991, *verbis*:

> Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.
> § 1º Os limites fixados no *caput s*ão reduzidos para sessenta e cinquenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, na alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do Art. 11.
> § 2º Para os efeitos do disposto no § 1º deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III a VIII do § 9º do art. 11 desta Lei.
> § 3º Os trabalhadores rurais de que trata o § 1º deste artigo que não atendam ao disposto no § 2º deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher.

Sobre os requisitos para a concessão do benefício de aposentadoria por idade, Duarte (2003, p. 203) explica sobre a idade e a carência:

> **a) idade: 65 anos de idade para o homem e 60 anos de idade para a mulher;** Para os trabalhadores rurais (empregado, autônomo, avulso e segurado especial), essa idade é reduzida para 60 anos se homem e 55 se mulher, sendo que para ser considerado trabalhador rural, deve ser comprovado o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido.

> **b) carência:** 180 contribuições mensais (15 anos), observada a regra de transição do artigo 142 da Lei de Benefícios, para o segurado inscrito na Previdência Social Urbana até 24.07.91, bem como para o trabalhador e empregador rural cobertos pela Previdência Social Rural (DUARTE, 2003, p. 203, Grifo do autor).

A autora supracitada evidencia que à primeira vista, o § 2º do Art. 48 parece exonerar de carência estes trabalhadores. Contudo, ele apenas explicita que o trabalhador, para ser considerado rural e ter reduzido em cinco anos a idade para requerer a aposentadoria, devendo ter trabalhado nesta atividade ao fim de sua vida e não no início.

Na aposentadoria por tempo de contribuição, os homens devem contribuir por pelo menos 35 anos e as mulheres por 30 anos. Já na aposentadoria por idade, os homens precisam ter 65 anos e as mulheres 60 anos, e, além disso, ambos deverão ter contribuído por pelo menos 15 anos (DUARTE, 2003). O autor citado comenta que na aplicação do fator previdenciário são somados ao tempo de contribuição do segurado, ou seja, cinco anos para as mulheres; cinco anos para os professores que comprovarem efetivo exercício do magistério no ensino básico, fundamental ou médio; dez anos para as professoras que comprovarem efetivo exercício do magistério no ensino básico, fundamental ou médio.

Duarte (2003) refere que na prática, é importante requerer aposentadoria o cidadão que ganha até 01 (um) salário mínimo, pois o fator previdenciário não influencia neste caso. Mas para os contribuintes que possuem renda acima desta, devem ser mais cautelosos.

Nos dias atuais, os cidadãos começam a idade laboral mais cedo e atingem os 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres de contribuição, muito antes do estipulado pelo governo. Nesse caso, sugere-se fazer cálculos e continuar trabalhando, pois em muitos casos a redução na renda do contribuinte pode passar de 50%.

A fórmula utilizada para o cálculo do sálario benefício é a seguinte:

$$f = \frac{\mathrm{Tc} \times a}{\mathrm{Es}} \times \left[1 + \frac{(\mathrm{Id} + \mathrm{Tc} \times a)}{100} \right]$$

Onde:

f = fator previdenciário;
Es = expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria;
Tc = tempo de contribuição no momento da aposentadoria;
Id = idade no momento da aposentadoria;
a = alíquota de contribuição correspondente a 0,31.
Fonte: Brasil (2011).

A expectativa de sobrevida é obtida da tábua de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando-se a média nacional única para ambos os sexos; o fator previdenciário é calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição. Brasil (2011) sugere uma atenção especial aos contribuintes que possuem rendimentos maiores que R$ 3.689,66 (valor máximo corrigido anualmente) dependendo do tempo e valor da contribuição, pois este é o teto máximo do benefício pago pela previdência social brasileira.

Na Figura 4 constata-se certa disparidade nos rendimentos com a possívle queda do poder aquisitivo para o trabalhador que se aposente apenas pela previdência social:

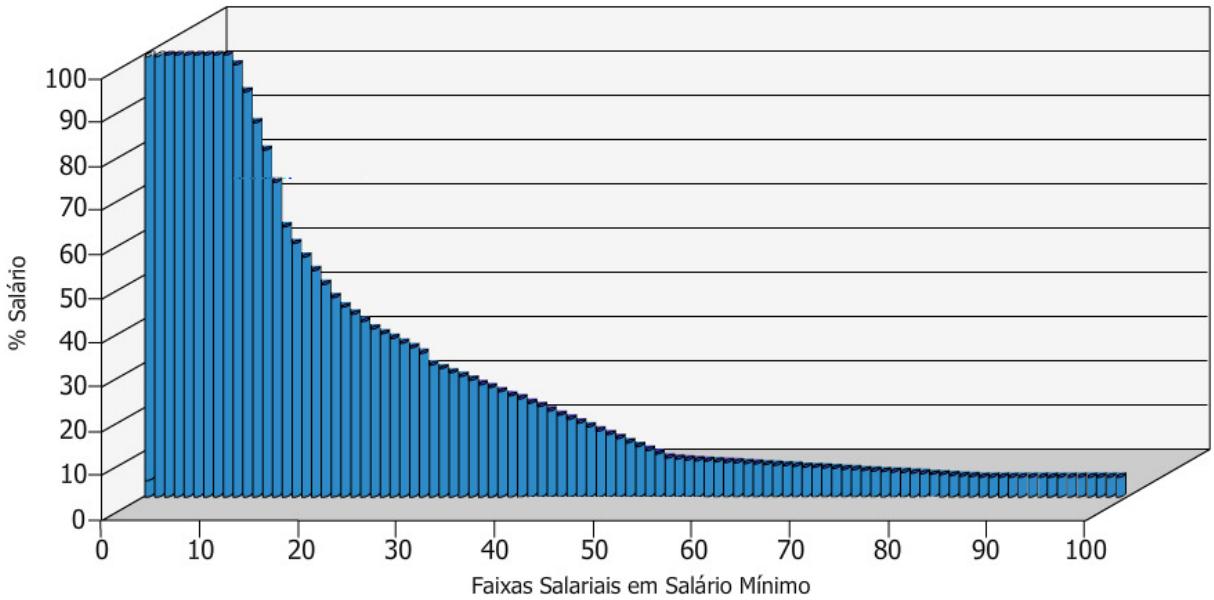

Figura 4 – Queda do Poder Aquisitivo de trabalhadores da Previdência Social
Fonte: Educom (2011) - Curso em Previdência Complementar

Constata-se do exposto que a renda obtida como salário benefício, não proporciona o mesmo padrão de vida ao trabalhador, provocando desconforto e insegurança para si e para os familiares. Desta forma, a fim de minimizar a perda nos rendimentos são ofertados os planos de previdência complementar que serão vistos mais detalhadamente a seguir.

1.2 REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A previdência privada brasileira teve origem em 10 de janeiro de 1835, com a criação do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado (MONGERAL) proposto pelo Ministro da Justiça, Barão de Sepetiba que, pela primeira vez, ofereceu planos com

características de facultatividade e mutualismo (LEITE, 1986). O Regime de Previdência Complementar tem caráter duplo, podendo ser instituído tanto pelo setor privado (associação, fundação, seguradoras autorizadas e/ou sociedades anônimas) como pelo setor público.

Para o correto funcionamento do regime há um fundamento constitucional e legal, amparado pelo art. 202 da Constituição Federal de 1988 e Leis Complementares n. 108 e 109, ambas de 2001, fundamentado no Art. 40, §§ 14 e 15, da Constituição Federal.

A previdência complementar atua a fim de formar poupança a longo prazo, através de planejamento financeiro, seja para manter o nível de renda, seja para realizar um projeto de vida.

> A previdência complementar é um benefício opcional, que proporciona ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, conforme sua necessidade e vontade. É uma aposentadoria contratada para garantir uma renda extra ao trabalhador ou a seu beneficiário. Os valores dos benefícios são aplicados pela entidade gestora, com base em cálculos atuariais. Além da aposentadoria, o participante normalmente tem à sua disposição proteção contra riscos de morte, acidentes, doenças, invalidez etc. No Brasil existem dois tipos de previdência complementar: a previdência aberta e a previdência fechada. Ambas funcionam de maneira simples: durante o período em que o cidadão estiver trabalhando, paga todo mês uma quantia de acordo com a sua disponibilidade. O saldo acumulado poderá ser resgatado integralmente ou recebido mensalmente, como uma pensão ou aposentadoria tradicional (BRASIL, 2011. p.01).

Assim sendo, no Brasil a previdência complementar é composta por entidades abertas e fechadas, com embasamento jurídico está na Lei n. 6.435. Entidade fechada de previdência complementar são os fundos de pensão, sem fins lucrativos. Os referidos planos encontram-se disponíveis para funcionários de uma determinada empresa que tenha optado por um fundo de pensão. Neste caso, a empresa também faz contribuições para o fundo.

> No setor de empresas estatais, onde ainda se situa o grosso da nossa previdência privada fechada, é bastante conhecida, por exemplo, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que, com a participação dos empregados no custeio, complementa a sua aposentadoria e as pensões por eles deixadas (LEITE, 1986, P.155-156).

As entidades fechadas estão vinculadas ao Ministério da Previdência Social, responsável por sua regulamentação e fiscalização. A entidade aberta de previdência complementar consiste em planos criados e administrados por empresas de instituições financeiras estabelecidas para este fim. Este plano pode ser adquirido por qualquer pessoa física ou jurídica, que visam à obtenção de lucro. As empresas cobram taxa de administração.

As entidades abertas estão vinculadas ao Ministério da Fazenda e são fiscalizadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), órgão do governo que recebe mensalmente

relatórios oficiais das entidades para apuração de suas operações, verificando o cumprimento da legislação.

1.2.1 Planos de Aposentadoria da Previdência Complementar

A Previdência Complementar além dos planos de aposentadoria oferece também planos para crianças e bebês. Tais planos destinam-se a prover reservas para custear estudos, após o término dos estudos ou para abrir seu próprio negócio. A previdência complementar oferece também planos diferenciados pelo regime de tributação para melhor atender às necessidades dos clientes, como o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

Segundo o site do Banco do Brasil (2011)

> O PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre - é um produto de Previdência Complementar moderno e flexível que visa a acumulação de recursos e a transformação destes em uma renda futura. Com ele, você que faz sua declaração de imposto de renda pelo modelo completo, pode usufruir do incentivo fiscal, deduzindo as contribuições efetuadas da base de cálculo do Imposto de Renda até o limite de 12% da sua renda bruta anual, desde que você contribua, ou seja, aposentado pelo INSS ou regime próprio de servidor público. O VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre - é um produto semelhante ao PGBL, com algumas diferenças tributárias e conceituais, mas que também visa a acumulação de recursos e a transformação destes em uma renda futura. Neste tipo de plano você não pode abater os aportes efetuados da base de cálculo do Imposto de Renda (BRASILPREV, 2011, p. 01).

A diferença básica entre os dois planos consiste na opção tributária. Enquanto, no PGBL o cliente tem opção de deduzir as contribuições na Declaração de Imposto de Renda, no momento do resgate do saldo acumulado este será tributado integralmente, capital aplicado mais os rendimentos auferidos; no VGBL o cliente não pode deduzir as contribuições em sua Declaração de Imposto de Renda, mas quando efetuar o resgate a tributação ocorrerá somente sobre os rendimentos, não incidindo sobre o capital aplicado.

Nos planos de previdência complementar podem ser adicionados alguns benefícios, mediante pagamento de prêmio, como pecúlio, pensão ao cônjuge/companheiro, pensão aos filhos menores e pensão por prazo certo. Estes benefícios geralmente são denominados benefícios de risco. Na adesão ao plano, de acordo com o perfil do investidor, o cliente poderá escolher onde serão aplicados seus recursos, em um fundo de renda fixa ou variável, pois estes rendimentos, descontados a taxa de administração, irão compor seu saldo de

reserva. Outro detalhe a ser observado são os valores cobrados referente à taxa de carregamento e taxa de saída (BRASILPREV, 2011).

1.2.2 Tributação e Estimativas de Remuneração

Conforme a legislação brasileira em vigor, os investidores têm duas opções de tributação, podendo escolher a que for mais adequada às suas necessidades:

> Na **Tributação Progressiva Compensável**, os resgates têm a incidência de IR na fonte, feita com base na alíquota única de 15%, de forma antecipada, com posterior ajuste na declaração anual de IR. No recebimento de renda, a incidência de IR é feita conforme a Tabela Progressiva do IR vigente à época do recebimento.
> Na **Tributação Regressiva Definitiva**, a incidência de IR ocorre de forma definitiva e exclusiva na fonte, no resgate ou no recebimento de renda. Ela é variável, começando com alíquota de 35% com redução de 5% a cada 2 anos até atingir 10% para prazos acima de 10 anos. Neste caso, quanto mais tempo o dinheiro ficar investido, menor a taxa de imposto a ser paga pelo cliente.
> (BRASILPREV, 2011, p. 01).

A Figura 5 mostra a diferença das tributações.

Prazo de acumulação do aporte	Tributação	
	Regressiva Definitiva*	Progressiva Compensável
Até 2 anos	35%	Resgate 15% na fonte + Ajuste na declaração anual do IR. Para rendas conforme tabela progressiva do imposto de renda vigente à época do recebimento.
De 2 a 4 anos	30%	
De 4 a 6 anos	25%	
De 6 a 8 anos	20%	
De 8 a 10 anos	15%	
Acima de 10 anos	10%	

*Toda a Incidência de Imposto será exclusiva na fonte.

Figura 5 – Comparativo entre as opções de Tributação
Fonte: BrasilPrev (2011).

A Previdência complementar pode ofertar ao trabalhador um percentual maior de manutenção de renda em relação à aposentadoria concedida pelo INSS. A Figura 6 mostra a meta de recomposição do poder aquisitivo da previdência complementar

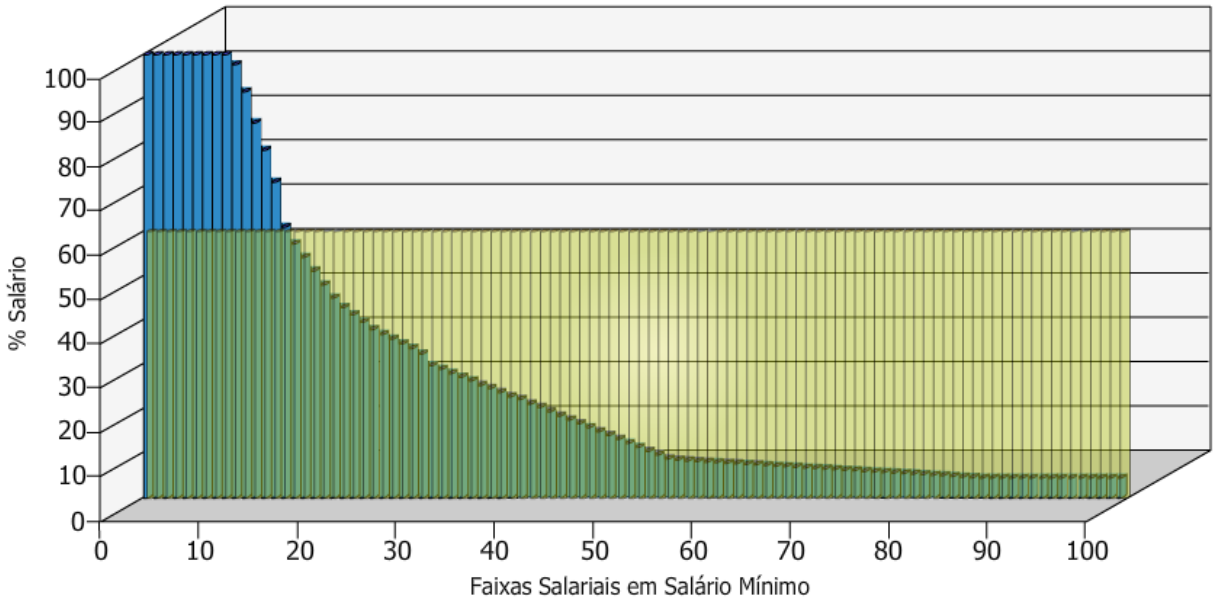

Figura 6 – Meta de Recomposição do Poder Aquisitivo
Fonte: Educom (2011) - Curso em Previdência Complementar

Por isso, a previdência complementar está em evidência no cenário econômico brasileiro. Para tal, faz-se necessário investir em um planejamento financeiro a longo prazo. Segundo a Educon (2011), a elaboração de um planejamento financeiro é de suma importância efetuar contribuições definidas corretamente, sem efetuar resgates esporádicos caso haja despesas inesperadas.

Para Gitman (2001, p. 434), "o planejamento financeiro é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos."

A elaboração de um planejamento financeiro não é complexa, pois atualmente os bancos que comercializam os planos de previdência privada, fornecem gratuitamente em seus sites na internet modelos de planejamento financeiro, basta preenchê-los e pôr em prática (GITMAN, 2001).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na investigação, com a caracterização da pesquisa, o instrumento de coleta de dados, a amostra, a aplicação dos instrumentos de pesquisa e a análise dos dados.

2.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA

Considerando os objetivos deste trabalho a pesquisa realizada é caracterizada como estudo de caso, com abordagem qualitativa. A natureza da pesquisa é exploratória.

> O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador (neste caso, da intuição do pesquisador). Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de estudo de caso (GIL, 1999, p. 23).

O estudo de caso como integrante da pesquisa exploratória trata-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente. Busca-se apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante estudo de um objeto delimitado (GIL, 1999).

Trata-se de uma metodologia válida para o presente estudo. Conforme Yin (2001, p. 24), o estudo de caso é utilizado "[...] quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e em situações nas quais o foco se encontra em fenômenos complexos e contemporâneos, inseridos no contexto da vida real".

2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira exploratória, por meio de uma pesquisa bibliográfica, mediante leituras e análise sistemática de livros e obras relacionadas ao assunto; a segunda baseou-se em um estudo de caso, a partir de entrevistas e simulações com a aplicação de uma planilha de receitas e despesas dos clientes.

Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela realização de entrevistas em profundidade (APÊNDICE I). A entrevista é um recurso indispensável para compreender a condição humana. (TRIVINOS, 1990). A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que visa recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que o pesquisador deseja conhecer. (GIL, 1999). Foi utilizada também a aplicação de uma planilha de receitas e despesas (APÊNDICE II).

Questões como segurança do sistema, capacidade financeira, planejamento financeiro, o limite do teto da aposentadoria oferecido pelo INSS, e credibilidade do sistema privado foram utilizados para tabular os pontos avaliados pela aplicação do questionário.

2.3 A AMOSTRA DOS RESPONDENTES DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Participaram das entrevistas três clientes da agência do Banco X de uma cidade da região noroeste do Paraná, que fazem parte da carteira personalizada. As carteiras personalizadas são formadas por clientes com alta propensão a realização de negócios (investimentos, financiamentos e demais produtos bancários), incluindo alto potencial para aquisição de previdência privada.

A seleção dos entrevistados pautou-se em uma amostra não probabilística, selecionados de maneira intencional, ou seja, por este pesquisador julgar conveniente e ajustado a este trabalho. Fizeram parte da entrevista o gerente de uma agência do Banco X; um gerente de produção de uma indústria do setor alimentício (Abatedouro de Aves) e agropecuarista; e um empresário do comércio varejista, proprietário um supermercado, uma loja de calçados e uma loja de artigos para o vestuário, cama, mesa e banho.

Todos os entrevistados são clientes e pertencem a mesma carteira de relacionamento do Banco X. Foram selecionados pelo fato de terem contratado e/ou simulado proposta de planos de previdência privada.

2.4 APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

As entrevistas foram aplicadas pelo próprio pesquisador na agência, após o parecer do Gerente responsável pelas autorizações de pesquisas acadêmicas no âmbito da agência bancária.

2.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados foram elaboradas planilhas eletrônicas no aplicativo Excel para compilação dos resultados. Para melhor demonstração dos dados obtidos, as informações foram demonstradas em quadros comparativos e gráficos. Segundo Yin (2001), a análise de dados consiste em examinar, categorizar e classificar em tabelas tendo em vista as proposições iniciais do estudo.

Para a análise das simulações das receitas e despesas partiu-se do agrupamento de 04 (quatro) grandes blocos de despesas, sendo: fixas: aquelas que têm o mesmo montante mensalmente; variáveis: aquelas que acontecem todos os meses, mas podem ocorrer variações positivas ou negativas; extras: consideraram-se as despesas extraordinárias; e adicionais: aquelas que não acontecem todos os meses.

Para as simulações de planos de previdência privada, foram consideradas as seguintes variáveis: a) adesão a idade atual do entrevistado; b) rentabilidade esperada de 9% a.a; c) início do recebimento aos 65 anos.

Na análise, os entrevistados são identificados como entrevistado “A”, entrevistado “B” e entrevistado “C”, com o objetivo de preservar a identidade dos mesmos, vez que a pesquisa tem como finalidade principal a acadêmica, além de proporcionar uma melhor comparação entre os casos. Na análise comparativa, optou-se por distribuí-las em caso A, B e C.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados e discussões da pesquisa realizada com a intenção de descrever os resultados do questionário, visando atender aos objetivos propostos pela pesquisa.

3.1 AVALIAÇÃO DOS DIFERENTES MECANISMOS DE FORMAÇÃO DE RESERVA FINANCEIRA PARA APOSENTADORIA

Este item tem como objetivo apresentar a avaliação dos diferentes mecanismos de formação de reserva financeira para aposentadoria, a partir da caracterização da população em estudo. Na sequência, apresenta a avaliação dos casos A, B, e C. Posteriormente, particularidades e similaridades, uma análise integrada dos casos.

3.1.1 Caracterização da População

A Tabela 3 evidencia as características dos entrevistados, com relação, à idade, grau de instrução, tempo de serviço e cargo ocupado na empresa em que atuam.

Tabela 3 - Caracterização da População

	Idade	**Grau de Instrução**	**Tempo de Serviço**	**Cargo**
Entrevistado A	52	Pós-graduado	31 anos e 6 meses	Gerente Geral
Entrevistado B	54	Pós-graduado	9 anos	Gerente de Produção
Entrevistado C	48	Ensino Médio	28 anos	Empresário

Fonte: Coleta de Dados

Observa-se que o entrevistado A ocupa atualmente o cargo de Gerente Geral de uma agência bancária, tem 52 anos, possui pós-graduação na área de contabilidade, atuando em cargo de gerência, trabalha há 31 anos e 06 meses na mesma empresa e está a 05 anos e 06 meses na função atual, casado e tem 02 filhos. O entrevistado B tem 54 anos, possui nível superior com pós-graduação na área de Administração, exerce a função de Gerente de Produção de uma empresa do setor Alimentício (Abatedouro de Aves), possui 28 anos de experiência neste ramo de atividade, estando desempenhando função gerencial há 09 anos,

casado e com 02 filhos. O entrevistado C tem 48 anos. Possui o Ensino Médio e é proprietário de 03 empresas do comércio varejista sendo, um supermercado, uma loja de calçados e uma loja de vestuários. É casado e tem apenas 01 filho.

A seguir os casos serão analisados mais detalhadamente, buscando destacar as receitas e despesas de cada um, suas preocupações/necessidades, planejamento e perspectivas para o futuro, como a análise da previdência privada como alternativa para formação de reserva financeira.

3.1.2 Avaliação do Caso "A"

Como destacado na Tabela 3, o entrevistado é casado e tem 02 (dois) filhos, um recém formado em Medicina e outro cursando a faculdade de Direito, ambas as universidades são particulares. O entrevistado A reside com a esposa, mas apenas ele possui rendimentos, tendo um filho dependente financeiramente que apesar de não residir com o casal, depende do custeio do entrevistado nos estudos.

O entrevistado é contribuinte da Previdência Social há mais de 35 anos. Todos na família contribuem para o INSS. Quando questionado sobre a possibilidade de manter o padrão de vida, recebendo apenas o benefício do INSS ele afirmou não ser possível. O motivo apontado foi relativo ao teto máximo pago pelo INSS, situado hoje em R$ 3.916,20, assim como o fator previdenciário, conforme Tabela vigente a partir de 1º de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012).

Conforme dados obtidos na planilha de receitas e despesas, verificou-se que os rendimentos do entrevistado A são da ordem R$17.050,00/mês. Observou-se que além das verbas salariais (salário, férias, 13º salário e cesta alimentação), o entrevistado possui outras rendas relativas a recebimento de aluguel de imóvel residencial e participação nos lucros e resultados da empresa do Banco X, que lhe são pagos semestralmente. Neste caso, como a receita é semestral foi considerado o valor recebido em 02 semestres consecutivos, ou seja, no período de 01 ano, dividido por 12, a fim de obter o valor mensal.

Contatou-se que a maior preocupação do entrevistado A é com a chegada da fase pós-laboral, em razão da queda do rendimento, pois se considerar apenas a renda paga pelo INSS, seus rendimentos seriam reduzidos a algo em torno de 23% do rendimento atual.

A fim de minimizar os impactos da redução da renda, o entrevistado planeja-se financeiramente. O entrevistado vê no investimento de imóveis uma alternativa segura para a formação de capital, porém não faz uso frequente desse mecanismo para acumulação de

recursos, preferindo alternativas que lhe conferem maior rentabilidade e liquidez, ou seja, investimentos que possam ser convertidos em espécie com mais facilidade.

Os dados da Tabela 4 mostram a situação patrimonial do entrevistado em questão.

Tabela 4 - Descrição de bens do entrevistado A

DESCRIÇÃO DOS BENS	VALOR EM R$
Imóveis Urbanos com construção (Casas)	R$ 500.000,00
Imóveis Urbanos sem construção (Terrenos)	R$ 100.000,00
Ações	R$ 20.000,00
Veículos	R$ 60.000,00

Fonte: Coleta de Dados

Os dados da Tabela 4 demonstram que o entrevistado A é proprietário de 02 duas casas: uma para residir e outra para alugar a terceiros. Possui, ainda, 02 lotes urbanos sem construção, ações de empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), além de 02 automóveis de uso particular.

Como explicado anteriormente, foi solicitado ao entrevistado o preenchimento de uma planilha de receitas e despesas. Esta informação possibilitou a análise de quanto cada caso possui de disponibilidade financeira para ser investida, criando, assim, condições para constituir reserva de capital, com vistas a obter um rendimento complementar na aposentadoria.

A Tabela 5 mostra os dados obtidos, através da planilha aplicada ao entrevistado.

Tabela 5 – Despesas Mensais do entrevistado A

(+) RECEITAS	R$ 17.050,00
DESPESAS	
(-) Fixas	R$ 5.300,00
(-) Variáveis	R$ 2.440,00
(-) Extras	R$ 930,00
(-) Adicionais	R$ 1.350,00
(=) DISPONIBILIDADE	R$ 7.030,00

Fonte: Coleta de Dados

Mais uma vez alguns dados foram informados com seus custos anuais. Para estes, foi aplicado a mesma condição para as receitas anualizadas, ou seja, o valor foi dividido por 12 (doze) a fim de se obter o gasto mensal.

O entrevistado também foi questionado sobre a Previdência Privada e instigado a fazer considerações referente ao tema. Para o entrevistado A:

> A Previdência Privada uma excelente opção de acumulação de recursos, atribui como vantagem a segurança das empresas que administram os planos atualmente no mercado e o benefício de se planejar a aposentadoria, como desvantagem em relação a outros mecanismos de acumulação de recursos cita as taxas de administração e de carregamento que podem comprometer os rendimentos auferidos pelo plano. Dentre as possibilidades oferecidas por um plano de previdência privada a que mais se adere aos seus objetivos futuro é a complementação do valor recebido da previdência oficial (ENTREVISTADO A)

Observa-se que o entrevistado considera a previdência privada um investimento de grande valia, inclusive, demonstra acreditar que essas empresas são confiáveis, apesar de considerar elevadas as taxas de administração, julgando que a previdência privada é uma opção adequada para complementar o valor recebido da previdência oficial, corroborando com o proposto por (BRASILPREV, 2011).

Com base nas informações disponibilizadas realizaram-se simulações com o objetivo de visualizar o valor a ser investido, analisando como um plano de previdência privada pode contribuir para formação de reserva a fim de atingir os objetivos de acordo com as necessidades e possibilidades do cliente.

A Tabela 6 abaixo ilustra as simulações de planos de previdência do entrevistado A realizadas através do simulador da BrasilPrev (2011), empresa coligada ao Banco do Brasil.

Tabela 6 – Simulação de plano de previdência do entrevistado A

Contribuição	Tipos de Rendas Possíveis				
Valor Mensal	Vitalícia	Temporária 5 Anos	Temporária 10 Anos	Temporária 15 anos	Reserva Acumulada
700,00	1.133,90	3.661,05	2.040,26	1.530,99	198.316,37
1.000,00	1.629,48	5.261,15	2.931,97	2.200,12	284.992,24
2.000,00	3.263,47	10.536,83	5.872,06	4.403,32	570.772,86
4.000,00	6.530,97	21.086,73	11.751,38	8.818,09	1.142.251,46
7.000,00	11.437,04	36.927,12	20.579,04	15.442,26	2.000.312,95

Fonte: Coleta de Dados

De acordo com análise do entrevistado A em relação à simulação do plano de previdência, observa-se que considerando um valor mensal de R$700,00 a R$1.000,00 é considerado possível fazer um investimento em previdência privada, depois que o filho estiver formado.

Considerando que o entrevistado A que a sua renda diminuirá em demasia na aposentadoria, entende que futuramente será necessário considerar como alternativa adquirir fazer um plano de previdência privada a fim de amenizar as perdas econômico-financeiras.

3.1.3 Avaliação do Caso B

O entrevistado B é casado e possui 2 filhos, sendo que um está cursando faculdade no Estado de Santa Catarina; o outro faz cursinho pré-vestibular em cidade do interior do Estado de São Paulo. Em casa residem ele e a esposa que trabalha como professora na rede Estadual de ensino. Contudo, apesar de não residirem na mesma casa, ambos os filhos dependem integralmente dos pais.

O entrevistado B contribui para o INSS há 34 anos e a esposa para o Paraná Previdência há 30 anos. Quando questionado acerca da possibilidade de manter seu padrão de vida apenas com o benefício da Previdência Social (Estatal), o entrevistado afirmou não ser possível, justificando a redução do seu rendimento mensal a 1/3 da atual, devido ao fator previdenciário e ao teto máximo pago pelo INSS que é de R$ 3.916,20. O entrevistado B demonstrou preocupação com a chegada da fase pós-laboral, sobretudo, em relação aos estudos dos filhos, adaptação á nova realidade e, principalmente, com redução de renda.

Desta forma, o entrevistado B pretende continuar trabalhando por conta própria após a aposentadoria, desenvolvendo atividade rural, mais especificamente, a pecuária leiteira e de corte, e também com a prestação de serviço a terceiros.

Por meio dos dados obtidos com o preenchimento da planilha de receitas e despesas. A receita do entrevistado B é de R$ 7.300,00/mês referente a salários. Todavia, conforme relatos, a renda mensal é acrescida com rendimentos da atividade rural já desenvolvida pelo entrevistado, algo em torno de R$ 2.000,00/mês, totalizando R$ 9.300,00/mês, acrescido de R$ 2.100,00/mês referente ao salário da esposa. Assim, a renda mensal familiar é de R$ 11.400,00/mês, considerando a renda de todos os integrantes e também de todas as atividades.

O perfil de investidor do entrevistado B é conservador. Ele acredita que investir em imóveis é a melhor alternativa para acumular recursos e garantir a tranquilidade futura, embora nem sempre seja a forma mais rentável, tanto que quando há possibilidade se utiliza deste mecanismo. Ele parece buscar mais liquidez investindo seus recursos em fundos de investimentos em renda fixa, conforme relato: “Penso que é melhor investir em imóveis, e ficar tranquilo, por isso busco investir em renda fixa”.

A Tabela 7 a seguir ilustra a descrição dos bens do entrevistado B.

Tabela 7 – Descrição de bens do entrevistado B

DESCRIÇÃO DOS BENS	VALOR EM R$
Imóveis Urbanos	R$ 400.000,00
Imóveis Rurais	R$ 1.350.000,00
Veículos	R$ 33.000,00

Fonte: Coleta de Dados

Observa-se que o entrevistado B possui uma situação relativamente confortável, pois além da casa própria e veículos, também é possuidor de imóvel rural, conforme demonstrado na Tabela 7.

O resumo das receitas e despesas está ilustrado na Tabela 8. As despesas foram agrupadas em 4 (quatro) grandes blocos, a saber: fixas, variáveis, extras e adicionais.

Tabela 8 – Receitas e despesas do entrevistado B

	ENTREVISTADO	ENTREVISTADO + CONJUGÊ
(+) RECEITAS	R$ 9.300,00	R$ 11.400,00
DESPESAS		
(-) Fixas	R$ 4.600,00	R$ 4.600,00
(-) Variáveis	R$ 2.351,00	R$ 2.626,00
(-) Extras	R$ 150,00	R$ 150,00
(-) Adicionais	R$ 150,00	R$ 650,00
(=) DISPONIBILIDADE	R$ 2.049,00	R$ 3.374,00

Fonte: Coleta de Dados

Ao ser questionado sobre a Previdência Privada como mecanismo de acumulação de recursos, o entrevistado B demonstrou acreditar ser uma boa opção de investimento para o futuro, desde que o plano seja administrado de forma a proporcionar um bom rendimento e contratado em instituição com experiência e solidez no mercado.

Analisando outras alternativas disponíveis, o entrevistado B citou como vantagens de um plano de previdência o fato de, quando bem administrado, pode proporcionar um bom rendimento e, consequentemente, maior renda complementar na aposentadoria, bem como a possibilidade de o participante fixar a data para começar a receber a renda.

Como principais desvantagens, o entrevistado B mencionou o investimento em imóveis como comparação, conforme relatos:

> Um plano de previdência privada não se obtém ganhos significativos com eventuais oscilações positivas (valorização), como no caso dos imóveis em função da lei da oferta/procura. Os planos de previdência privada proporcionam rendimentos de

> acordo com o índice acordado na contratação, enquanto o imóvel além da valorização pode proporcionar outras rendas como aluguel ou utilização para outra atividade a ser desenvolvida por membro da família. A previdência privada proporciona renda complementar ao valor pago pelo INSS ela é aderente aos seus projetos para o futuro, pois pode garantir uma renda mensal que atenda as despesas fixas mensais, evitando a alienação de bens ou a utilização de recursos inicialmente destinados a investimentos (ENTREVISTADO B).

O relato acima evidencia que o plano de previdência privada oferece vantagens e desvantagens, considerando como desvantagem a impossibilidade de obter ganhos eventuais com oscilações positivas do mercado; como vantagem faz menção a importância da complementação de renda no período pós-laboral, apontando a segurança do retorno em relação ao valor investido e a tranquilidade no caso de qualquer evento fortuito e inesperado que possa gerar incapacidade laboral, dando suporte financeiro à família.

A seguir as simulações realizadas de acordo as necessidades e possibilidades apuradas para o entrevistado, buscam analisar como um plano de previdência privada pode contribuir para formação de reserva futura. Para tal, foi realizada uma simulação de previdência privada, através do simulador da BrasilPrev (2011) utilizando como variáveis: a) adesão a idade atual do entrevistado; b) rentabilidade esperada de 9% a.a; c) início do recebimento aos 65 anos, conforme Tabela 9.

Tabela 9 – Simulação de plano de previdência do entrevistado B

Contribuição	Tipos de Rendas Possíveis				
Valor Mensal	Vitalícia	Temporária 5 Anos	Temporária 10 Anos	Temporária 15 anos	Reserva Acumulada
200,00	244,87	790,62	440,60	330,62	42.827,27
300,00	370,17	1.195,17	666,05	499,80	64.741,50
1.000,00	1.246,26	4.023,85	2.242,44	1.682,70	217.968,65
2.000,00	2.496,32	8.059,95	4.491,71	3.370,52	436.600,86
3.000,00	3.746,17	12.095,37	6.740,60	5.058,06	655.196,37

Fonte: Coleta de Dados

Ao analisar a simulação o entrevistado B considerou importante a aquisição do plano de previdência privada, inclusive, comentou sobre a possibilidade de recebimento vitalício ou temporário a ser definido pelo contratante do plano. Atualmente, apesar do rendimento do entrevistado B, o mesmo considerou que as despesas escolares dos filhos é um fator que impossibilita a aquisição do plano. Contudo, considerou a possibilidade de uma possível organização das despesas mensais e futura contratação de um plano de previdência

complementar. Para o entrevistado B “a Previdência Privada é uma alternativa viável neste momento para suprir a insuficiência da aposentadoria”.

3.1.4 Avaliação do Caso C

O entrevistado C é casado e possui 1 filha que está cursando o ensino médio, sendo sua dependente econômica. A administração das empresas da família é compartilhada com sua esposa e também sócia. Todos residem na mesma residência.

Ambos são contribuintes do INSS, porém realizam as contribuições apenas por uma questão legal, pois contabilmente fazem retiradas de pró-labore, efetuando o recolhimento referente a um salário mínimo atual de R$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) cuja alíquota é de 11% conforme tabela vigente a partir de 1º de janeiro de 2012.

O entrevistado C também não acredita ser possível manter o padrão de vida atual na aposentadoria, recebendo apenas o benefício do INSS. Tal afirmação que pode ser constatada pelo valor que efetua seus recolhimentos. Segundo relatos do entrevistado B afirmou que: “Pretendo continuar trabalhando, me preocupo com o futuro, por isso pretendo fazer outro investimentos nas minhas empresas”.

Do exposto, o entrevistado C parece ter planos para continuar trabalhando após a aposentadoria, seja à frente das empresas que possui ou de outros empreendimentos a que venha iniciar. Mesmo assim demonstra preocupação com o futuro e, para minimizar esta situação, busca realizar investimentos em suas empresas, a fim de mantê-las posicionadas e competitivas no mercado/ramo em que estão inseridas.

Segundo relatos, as receitas da unidade familiar giram em torno de R$ 14.000,00/mês, considerando que não há uma divisão específica de qual é a renda do entrevistado, e qual a renda da esposa, pois as retiradas são realizadas para suprir as necessidades de toda a família. Para chegar a este valor, realizou-se uma média dos últimos 12 (doze) meses, devido ao fato de os faturamentos serem diferenciados mês a mês, e também de empresa para empresa.

O entrevistado C apresenta um perfil empreendedor para os negócios, pois geralmente procura reinvestir os lucros gerados em suas próprias empresas e na abertura de novos negócios quando considera conveniente. Porém, ao analisar seu perfil como investidor pode-se dizer que ele apresenta um perfil conservador, pois demonstra buscar como alternativa de acumulação de recursos para o futuro a aquisição de imóveis, o qual considera ser um investimento seguro e confiável. Em razão de seu perfil conservador, não considera viável

investir no mercado de ações, preferindo investimentos em CDB's (Certificados de Depósito Bancário) e fundos de renda fixa.

A situação patrimonial do entrevistado C encontra-se na Tabela 10.

Tabela 10 – Descrição de bens do entrevistado C

DESCRIÇÃO DOS BENS	VALOR EM R$
Imóveis Urbanos com construção (Casa/Prédio)	R$ 1.300.000,00
Imóveis Urbanos sem construção (Terrenos)	R$ 200.000,00
Imóveis Rurais	R$ 150.000,00
Veículos	R$ 130.000,00
Embarcações	R$ 45.000,00

Fonte: Coleta de Dados

Observa-se pelos dados da Tabela 10 que a situação patrimonial do entrevistado C é relativamente estável. No que tange às despesas do entrevistado C houve certa preocupação quando da apuração dos valores por ocasião da entrevista e preenchimento da planilha de receitas e despesas, em razão de não confundir as despesas oriundas dos empreendimentos com as efetivas despesas da família.

A Tabela 11 abaixo apresenta as receitas e despesas do entrevistado C.

Tabela 11- Receitas e despesas do entrevistado C

(+) RECEITAS	R$ 14.000,00
DESPESAS	
(-) Fixas	R$ 4.380,00
(-) Variáveis	R$ 1.850,00
(-) Extras	R$ 440,00
(-) Adicionais	R$ 1.950,00
(=) DISPONIBILIDADE	R$ 5.380,00

Fonte: Coleta de Dados

Considerando as despesas fixas, variáveis, extras e adicionais, observa-se que a receita da família excede as despesas, abrindo margem para outros investimentos, inclusive, a previdência privada.

Quando indagado sobre a previdência privada como alternativa de acumulação de recursos, o entrevistado C relatou que:

> Esse produto já foi apresentado para mim pelos funcionários do banco, e inclusive eles já fizeram algumas simulações para mostrar as vantagens de fazer esse tipo de

> plano, também me mostraram que este tipo de investimento é bem seguro e eu gosto de coisas assim, mas prefiro investir nas minhas empresas, prefiro investir os lucros na empresa do que esperar pela aposentadoria (ENTREVISTADO C).

O entrevistado demonstra ter conhecimento a respeito do plano de previdência privada oferecido pela instituição bancária, com a qual realiza suas movimentações financeiras, inclusive, realizando diversas simulações dos planos disponíveis. Para ele, o plano é sólido e seguro, mas deixa claro sua preferência pelo reinvestimento dos lucros auferidos nas empresas, e também a aquisição de imóveis como forma de acumular capital, como forma de se preparar para o futuro. Ele avalia como vantagem o fato de organizar os lucros em poupança para o futuro, bem como a possibilidade de utilizar o saldo acumulado durante o período estipulado, para realizar investimentos mais lucrativos no presente, ao invés de aguardar por um valor mensal na aposentadoria.

Contudo, o entrevistado C demonstra acreditar na previdência privada como uma alternativa satisfatória para acumulação de recursos em longo prazo, apontando a comodidade e facilidade para a adesão a um plano. Refere-se à segurança das instituições que administram os planos e também os retornos/rentabilidades que esse mecanismo vem apresentando historicamente. “Eu acredito nesse tipo de investimento, para quem deseja algo a longo prazo, pois as administradoras são eficientes e dá retorno aos investimento, principalmente para as pessoas que não querem trabalhar mais depois de se aposentar”.

Apesar de o entrevistado já ter conhecimento de outras simulações, foi realizada uma nova simulação considerando as perspectivas e necessidades do entrevistado no presente, a fim de avaliar a previdência privada como forma de preparação da fase pós-laboral, utilizando o simulador BrasilPrev (2011), conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Simulação de plano de previdência do entrevistado C

Contribuição	Tipos de Rendas Possíveis				
Valor Mensal	Vitalícia	Temporária 5 Anos	Temporária 10 Anos	Temporária 15 anos	Reserva Acumulada
500,00	1.043,36	3.723,79	2.049,04	1.513,33	203.536,24
1.000,00	2.101,16	7.499,13	4.126,46	3.047,61	409.890,55
2.000,00	4.207,55	15.016,95	8.263,20	6.102,81	820.802,09
4.000,00	8.419,78	30.050,62	16.535,60	12.212,42	1.642.518,14
5.000,00	9.627,20	37.584,73	20.681,30	15.274,25	2.054.320,46

Fonte: Coleta de Dados

Em relação à previdência social estatal, o entrevistado C novamente mencionou não acreditar que a mesma apresente vantagens, em razão de sua contribuição mensal ter como base de caçulo apenas o salário mínimo vigente. A receita familiar atende às necessidades da família no que se refere às despesas citadas acima, no entanto, ele demonstra apostar em crescimento financeiro no ramo comercial, desconsiderando a possibilidade de investir em previdência privada na conjuntura atual.

3.2 AVALIAÇÃO INTEGRADA DOS CASOS ANALISADOS

No que tange às particularidades e similaridades das respostas dos entrevistados A, B e C ficou evidente que os clientes participantes da pesquisa, além de considerar importante, têm consciência da necessidade de alguma forma de poupar ou realizar investimentos, para a garantia de renda complementar após a fase laboral (aposentadoria).

Neste caso, Duarte (2003) considera que, para manter o mesmo padrão de vida após a aposentadoria é necessário que os investidores mantenham um rendimento em torno de "[...] 70% (setenta por cento) a 80% (oitenta por cento) da renda que estiver recebendo às vésperas da aposentadoria para cobrir o orçamento depois de aposentado, mantendo o mesmo padrão de vida"

A aposentadoria pública pode não ser suficiente para manter o padrão de vida do cidadão. Atualmente, o teto do benefício pago pela previdência estatal é de R$ 3.467,40. A oferta de investimentos com um orçamento mais compatível com aquele recebido na fase laboral é uma possibilidade disponibilizada pelos fundos de previdência complementar. Com a possível diminuição da taxa básica de juros a longo prazo há ofertas de produtos no mercado que apostam na renda variável, sendo propostos como alternativas aos que pretendem poupar para o futuro.

Toma-se como exemplo o caso do entrevistado A. Ele possui rendimentos no valor de R$ 17.050,00 (Dezessete mil e cinqüenta reais). Assim sendo, precisará receber na aposentadoria algo em torno de R$ 13.640,00 (Treze mil seiscentos e quarenta reais). Considerando que o teto pago pelo INSS é de R$ 3.916,20 (Três mil novecentos e dezesseis reais e vinte centavos), será necessária uma complementação de R$ 9.723,80 (nove mil setecentos e vinte e três reais e oitenta centavos) para manter o mesmo padrão de vida.

Ao observar a simulação Tabelas 6, 9 e 12 constata-se que os entrevistados consideram o investimento em previdência privada, uma opção viável, demonstrando

valorizar a segurança oferecida pelas instituições administradoras dos planos de aposentadoria complementar.

O plano de previdência privada poderia funcionar como forma de diversificar os investimentos para o futuro. A aposentadoria complementar é uma alternativa segura de investimento, diferente das possibilidades que foram apresentadas pelos entrevistados A, B e C que, apesar de conservadores, parecem não ter dimensionado o risco dos investimentos que se propõem a fazer apenas seus próprios negócios, não vendo na previdência privada mais uma alternativa de investimento. Para os entrevistados, além de o processo de diversificação da carteira, o plano de previdência privada constitui-se em um adicional de redução de riscos.

Apesar da consciência da necessidade de poupar para a fase pós-laboral, os entrevistados não demonstraram interesse nesta forma de investimento. Em suas respostas, ficou evidente certa preferência em investir no presente, seja na educação dos filhos, ou em seus próprios empreendimentos. Apenas o entrevistado C afirmou já ter conhecimento do plano, mas todos contribuem para a previdência social estatal.

Todos os entrevistados fazem parte da carteira personalizada que formadas por clientes com alta propensão a realização de negócios (investimentos, financiamentos e demais produtos bancários), incluindo alto potencial para aquisição de previdência privada. Isso contribui para que os entrevistados tenham certa segurança financeira e patrimonial que, futuramente, poderá garantir ganhos extras que complementarão a sua aposentadoria, inclusive, os participantes do estudo demonstraram que não pretendem parar de exercer funções remuneradas após sua a aposentadoria.

Observou-se que em todos os casos analisados, a vantagem dos planos privados é a possibilidade de os investidores poderem definir quanto e quando querem receber sua renda. Eles apresentam condições para optar pelo plano complementar e pela melhor forma de recebê-lo, optando entre resgates ou transformação de renda. Além disso, os investidores pesquisados poderiam utilizar os planos de previdência em seu favor, usufruindo de incentivos fiscais e tributários, utilizando-os como parte de seu planejamento financeiro.

Com planos privados, os pesquisados A, B e C também podem migrar de uma empresa para outra, sem perdas de recursos. Na fase de acumulação, a lei faculta aos investidores a possibilidade de migrarem a reserva que têm para outras instituições, sem custos adicionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O índice populacional demonstra maior longevidade para os cidadãos brasileiros. Com isto, há uma crescente preocupação em envelhecer com qualidade a fim de desfrutar os momentos do cotidiano vivenciados com satisfação.

Considerando a classe dos indivíduos acima dos 60 anos que desfrutam de franca jovialidade, as instituições financeiras buscam ofertar possibilidades de investimentos futuros, visando manter o mesmo rendimento financeiro após a aposentadoria, como os planos de aposentadoria complementar.

Tais planos visam complementar a aposentadoria da previdência social estatal, no intuito de manter o padrão de vida do idoso, atendendo às necessidades básicas de alimentação, vestuário, ambiente residencial confortável e seguro, além de um melhor atendimento médico hospitalar.

Embora, a previdência privada não se constitua como a única alternativa de acumulação de recursos para utilização na fase da vida pós-laboral, na visão dos entrevistados, trata-se de um mecanismo adequado para a manutenção do poder aquisitivo do aposentado. Contudo, as simulações apesar de compreendidas e aceitas como fonte de investimento seguro pelos respondentes, não se constituem como primeira opção de poupança e/ou preparação para a manutenção do poder aquisitivo após a fase laboral. Demonstrando um perfil mais conservador de investimentos, os respondentes preferem investir em suas propriedades rurais ou urbanas, empresas ou mesmo nos estudos dos filhos.

Diante destes fatos, fica clara a necessidade de uma maior atenção à população em sua fase pós-laboral. Fazem-se necessários que as instituições financeiras invistam na criação de programas voltados para o melhor atendimento às pessoas idosas, ofertando outros produtos que sejam direcionados a esse público.

O presente estudo foi de relevante contribuição, tanto para o crescimento pessoal quanto profissional do pesquisador, favorecendo o entendimento de que também é papel da previdência privada, pensar em contribuir com ofertas de novos produtos mais compatíveis com as demandas da população, diminuindo e compensando as limitações inerentes aos planos apresentados pelo Banco X até então.

Como fator limitante da pesquisa, tem-se a questão do pouco acesso aos dados em maior profundidade, limitados a um acompanhamento superficial sobre a realidade financeira e de consumo, e sem poder considerar desejos ou aspectos não racionais do comportamento da família. Apesar de os dados compreenderem as respostas dadas pelos entrevistados, houve

a dificuldade de checar efetivamente a veracidade dos padrões de comportamento dos entrevistados, que por serem variáveis financeiras, podem estar escondidas.

Tal limitação pode estar relacionada ao tipo de relação estabelecida entre o entrevistador e os entrevistados, em que o primeiro representa uma instituição financeira a qual os entrevistados mantêm relações comerciais e de investimentos. Devido a isto, os pesquisados podem ter se sentidos inseguros para apresentar dados que pudessem ser desfavoráveis em relação a eles mesmos.

Tais limitações poderão ser contornadas realizando outras pesquisas. Destaca-se a relevância do trabalho para o Banco X, que poderá utilizá-lo para avaliar o perfil dos clientes que poderiam tornar-se futuros investidores em planos de previdência privada, inclusive, investindo em canais de divulgação e treinamentos dos funcionários responsáveis pela oferta do plano aos clientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO BRASIL. **Previdência**: perguntas frequentes. Disponível em <http://www.bb.com.br/portalbb/page88,116,9223,1,1,1,1.bb?codigoMenu=1407&codigoRet=7484&bread=6>. Acesso em 19/08/2011.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Educom**: Curso em Previdência Complementar. Disponível em < http://www.mpas.gov.br/previc.php>. Acessado em 13/08/2011.

_____. Ministério da Previdência Social. **Publicações**: Informe Previdência Social – Maio 2011. Vol. 3, nº 5. Brasília. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=343>. Acesso em 13/08/2011.

_____. Ministério da Previdência Social. **Publicações**: Panorama da Previdência Social. 3ª Ed., Novembro/2008. Brasília. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_090126-092058-729.pdf>. Acesso em 13/08/2011.

_____. Ministério da Previdência Social. Benefícios: **Fator Previdenciário**. Disponível em < http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=182>. Acesso em 18/08/2011.

BRASILPREV. **Perguntas frequentes**. Disponível em < http://www2.brasilprev.com.br/PerguntasFrequentes/Paginas/default.aspx>. Acesso em 14/08/2011.

DUARTE, M. V. **Direito previdenciário**. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2003. p. 84.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira** – Essencial. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

IBGE. Censo Demográfico 2010, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010.

IBRAHIM, F. Z. **Curso de direito previdenciário.** 10. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

LEITE, C. B. A Proteção Social no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: LTr, 1986.

NETTO, M. P. **Gerontologia**: o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 2005.

ROCHA, D. M. da; JÚNIOR, J. P. B. **Comentários à lei de benefícios da previdência social.** Lei nº 8.213/91, de 24 de julho de 1991 atualizada até a MP nº 410, de 28.12.2007. 8.ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 185.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RODRIGUES et al. **Como cuidar dos idosos.** São Paulo: Papirus, 1996.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

APÊNDICE I – ENTREVISTA

Identificar o entrevistado

- No início da entrevista capturar os dados pessoais do entrevistado, a fim de melhor caracterizá-lo, para isto fazer as seguintes perguntas:

1 - Você poderia informar sua idade, grau de escolaridade e profissão.

2 - É casado? Possui filho e/ou dependentes econômicos? Quantos?

3 - Na empresa em que trabalha, com relação a seu cargo, em qual nível se enquadra (Técnico, Gerencial, Diretivo, Proprietário, etc) e há quanto tempo está trabalhando (mesma empresa/cargo)?

4 - É contribuinte da Previdência Social? Há quanto tempo contribui ou quando iniciou as contribuições? Qual o valor ou percentual de contribuição?

5 - Há mais alguém que contribua para o INSS em sua família? (Se tiver perguntar qual o relacionamento com o entrevistado).

6 - Será possível, manter seu padrão de vida ou ter qualidade de vida, recebendo apenas o benefício da Previdência Social? Você poderia comentar um pouco.

7 - Qual a renda mensal total da família considerando apenas as atividades formais? Se possível poderia discriminar.
R: informe na planilha de receitas e despesas

8 - Possui algum outro tipo de receita, como aluguel de imóveis ou uma atividade informal, por exemplo? Cite.
R: informe na planilha de receitas e despesas

9 – Existe perspectiva de aumento da receita? Como pretende atender esta perspectiva?

10 - Quanto às despesas, poderia elencar as principais e os respectivos gastos médio mensal? (Solicitar ao entrevistado que informe as despesas com Alimentação, Vestuário, Água/Luz/Telefone, Combustível, Mensalidades Escolares, etc.)
R: informe na planilha de receitas e despesas

11 - Essas são as despesas mensais. E as sazonais como IPTU, IPVA, material escolar, seguros de patrimônio, etc.?
R: informe na planilha de receitas e despesas

12 – A aquisição de bens é uma forma de acumular recursos/capital e também se prevenir em períodos de dificuldades. Como você analisa/avalia esta possibilidade e se já faz uso deste recurso? (Informe quais os bens e valor de mercado aproximado.)

13 - Voltando um pouco a questão da aposentadoria e sua preparação para tal. Você pretende continuar trabalhando mesmo estando aposentado ou irá realizar projetos pessoais? Quais seriam estes projetos?

14 - O que mais o preocupa quando chegar fase pós-laboral, ou seja, a aposentadoria? (Analisar aspectos como: queda do rendimento, aquisição de casa própria, estudo dos filhos)

15 - Como você está se preparando para esta fase?

16 - Na hora de pensar no futuro, o que você considera ao investir e qual o objetivo de seus investimentos?

17 - Quando há disponibilidade de recursos para realizar esses investimentos qual sua preferência (Imóveis, Poupança, CDB, Ações, Fundos de Investimentos, Previdência Privada, Próprio Negócio, etc.)? Por que prefere esta alternativa?

Sobre a Previdência Privada

18 - Considerando os mecanismos de acumulação de recursos disponíveis, como você avalia a Previdência Privada, comparando-a com as demais opções?

19 - Comente, em sua opinião, as vantagens/benefícios e desvantagens da Previdência Privada em relação com outros mecanismos de acumulação de recursos.

20 - Relacionando com a resposta da pergunta nº 15, como um plano de previdência privada pode o auxiliar a atingir seus objetivos para o futuro?

21 - Um plano de previdência privada oferece possibilidades como:

- complementar o valor pago pelo INSS na aposentadoria;
- ser uma opção de formação de reserva para aquisição de bens e/ou estudos
- ou favorecer-se do diferimento fiscal

Estas possibilidades estão aderentes ao seu projeto de futuro? Como?

22 - Você investe ou já investiu em Previdência Privada? Em caso negativo por que não possui plano de previdência privada?

23 – Diante dos fatos colocados durante esta entrevista, você considera a previdência privada como alternativa satisfatória de renda extra no período pós-laboral? Justifique, apontando os motivos decisivos para adquirir um plano de previdência privada.

APÊNDICE II – PLANILHA DE RECEITAS E DESPESAS

RECEITAS	Salário	
	Aluguel	
	Pensão	
	Horas extras	
	13º salário	
	Férias	
	Outros	

DESPESAS

FIXAS **Aquelas que têm o mesmo montante mensalmente**	**Habitação**	Aluguel	
		Condomínio	
		Prestação da casa	
		Seguro da casa	
		Diarista	
		Mensalista	
	Transporte	Prestação do carro	
		Seguro do carro	
		Estacionamento	
	Saúde	Seguro saúde	
		Plano de saúde	
	Educação	Colégio	
		Faculdade	
		Curso	
	Impostos	IPTU	

		ITR	
		IPVA	
	Outros	Seguro de vida	

VARIÁVEIS Aquelas que acontecem todos os meses, mas podemos tentar reduzir	**Habitação**	Luz	
		Água	
		Telefone	
		Telefone Celular	
		Gás	
		Mensalidade TV	
		Internet	
	Transporte	Metrô	
		Ônibus	
		Combustível	
		Estacionamento	
	Alimentação	Supermercado	
		Feira	
		Padaria	
	Saúde	Medicamentos	
	Cuidados pessoais	Cabeleireiro	
		Manicure	
		Esteticista	
		Academia	
		Clube	

EXTRAS **São despesas extra ordinárias para as quais devemos estar preparados**	**Saúde**	Médico	
		Dentista	
		Hospital	
	Manutenção/ prevenção	Carro	
		Casa	
	Educação	Material escolar	
		Uniforme	

ADICIONAIS **Aquelas que não precisam acontecer todos os meses**	**Lazer**	Viagens	
		Cinema/teatro	
		Restaurantes/bares	
		Locadora DVD	
	Vestuário	Roupas	
		Calçados	
		Acessórios	
	Outros	Presentes	